

ESTRATÉGIAS DE ACESSO AO ENSINO SUPERIOR DA COMUNIDADE QUILOMBOLA DA ILHA DA MARAMBAIA – RJ

Fabiana Helena da Silva¹

<https://doi.org/10.5281/zenodo.17503896>

Resumo: Este artigo é fruto de um Projeto de leitura de editais de acesso ao ensino superior, organizado pela autora, no Quilombo da Ilha Marambaia-RJ. A partir deste projeto, foi realizado um trabalho de pesquisa, baseado no acompanhamento do cotidiano dos moradores participantes e seus familiares, a pesquisa teve como objetivo evidenciar as estratégias utilizadas por eles para concluírem a formação escolar, considerando que até a data da organização deste artigo, a Marambaia não possui escola de ensino médio. A proposta deste trabalho foi submetida ao Comitê de Ética e Pesquisas com Seres Humanos, sendo autorizada através do protocolo CAAE77030424.7.0000.0311. A Ilha da Marambaia no passado abrigou uma escola técnica de pesca destinada apenas aos homens (1939-1970) e neste contexto, pensar o acesso ao ensino a partir da interseccionalidade e dos resquícios deixados por esta escola que foi excludente às mulheres, também foi um norteador para este trabalho. O estudo revelou que as mulheres, foram as mais afetadas pela falta de políticas educacionais voltadas a elas, e atualmente são as que mais buscam recursos fora da comunidade para oferecer aos seus filhos. Da mesma forma, foram as responsáveis, em criar ambientes seguros e afetuosos, durante o desenvolvimento do Projeto de Leitura de Editais, imprescindíveis à aprovação destes jovens no vestibular. As rodas de conversas com as mais velhas foram imprescindíveis para a escrita da redação do memorial, a partir da escrita de si e de suas vivências na comunidade. Atualmente eles constroem o legado de serem os pioneiros a criar um Coletivo Universitário no Rio de Janeiro, e lutam por melhorias nas condições de vida, acesso à escolarização e permanência estudantil.

Palavras-chave: ensino superior, acesso, permanência.

STRATEGIES FOR ACCESS TO HIGHER EDUCATION IN THE QUILOMBOLA COMMUNITY OF THE ILHA DA MARAMBAIA - RJ

Abstract: This article is the result of a project on reading higher education edicts, organized by the author, in the Quilombo da Ilha Marambaia-RJ. Based on this project, a research work was carried out, based on the daily life of the participating residents and their families, the research aimed to highlight the strategies used by them to complete their schooling, considering that until the date of the organization of this article, Marambaia does not have a high school. The proposal of this work was submitted to the Research Ethics Committee involving Human Beings, and was authorized through protocol CAAE77030424.7.0000.0311. Ilha da Marambaia in the past housed a school intended only for men (1939-1970) and in this context, thinking about access to education from the intersectionality and the remnants left by this school, was a guiding principle for this work. The study revealed that women were the most affected by the lack of educational policies aimed at them, and are currently the ones who most seek resources outside the community to offer to their children. In the same way, they were responsible for creating safe and affectionate environments during the development of the Edict Reading Project, essential for the approval of these young people in the vestibular. Currently they are building the legacy of being the pioneers to create a Quilombola Student Collective in Rio de Janeiro, and they fight for improvements in living conditions, access to schooling and student permanence.

Keywords: higher education, access, permanence.

¹ Doutoranda em Ciências Sociais pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro.

1. A LEITURA DOS EDITAIS DA LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO

Foi implementado em 2022, no Quilombo da Marambaia – RJ, um Projeto de Leitura de Editais de acesso ao curso de Educação do Campo da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Os cursos de Licenciatura em Educação do Campo (LEC) têm como objetivo a formação de docentes para atuação nos anos finais do ensino fundamental e do ensino médio de escolas do campo. Atualmente, existem 42 cursos de LEC em atividade em diversas Instituições Federais de Ensino Superior em quase todos os estados do Brasil. A LEC-UFRRJ foi construída inicialmente como um curso piloto, a partir do Edital 23/2009 do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), formando 52 profissionais entre 2010 e 2013². Em seguida, a UFRRJ atendeu ao edital n.02/2012 do Ministério da Educação para regularizar o curso, que passou a ofertar turmas regulares (com entrada semestral) a partir de 2014.

A LEC integra ensino, pesquisa e extensão, sendo ofertadas na modalidade presencial em Regime de Alternância, com dois tempos educativos – Tempo Escola/Universidade (TE) e Tempo Comunidade (TC), nos quais o cursista vivencia a articulação permanente das experiências que ocorrem no interior da Instituição com o trabalho/cotidiano de sua própria comunidade/vivências de campo (práxis pedagógica), devendo realizar Trabalhos Integrados nos quais apresenta seus estudos e reflexões sobre as experiências vividas nesses cenários diferenciados, o protagonismo em sua própria formação, o engajamento nas vivências dos tempos educativos e a participação em seu contexto local, no sentido de transformá-lo socialmente. O curso tem como referências teórico-metodológicas fundamentais a Educação Popular e a Agroecologia.

² Fonte: <https://institutos.ufrj.br/ie/licenciatura-em-educacao-do-campo/>

Figura 1 - Membros do Projeto de Leitura de Editais na ARQIMAR – Ilha da Marambaia - RJ.



Fonte: Registo da autora 2022.

Nossa primeira empreitada, foi no segundo semestre de 2022, quando realizamos 14 inscrições para o vestibular, antes disso, vivemos o processo de conversas no grupo de mensagens, resolução de dúvidas e busca por pessoas interessadas na ilha, além de ter sido um período, em que buscamos resolver a questão da documentação do Ensino Médio, histórico e diploma. Nesta ocasião, alguns candidatos da ilha iniciaram um diálogo com as escolas onde estudaram no continente, a fim de conseguirem agendar a busca de seus documentos oficiais, em alguns casos, os documentos estavam em pendência impedindo a participação no processo seletivo. Em outros casos, após explicação sobre a urgência, a escola enviou os documentos escaneados, e agendou a entrega do documento físico. Na primeira seleção que tentamos, vivíamos a adaptação ao momento pós-pandemia, e todas as etapas do processo seletivo da LEC foram realizadas online, inscrição, envio do histórico do ensino médio e do memorial não identificado.

O processo seletivo do curso, se dá através de edital próprio, de forma que os ingressantes não passam pelos trâmites do Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. Todo ano, acontecem duas chamadas neste vestibular, para turmas do primeiro e do segundo semestre. A prova consiste na escrita do memorial descritivo e não identificado, nele são avaliados os perfis dos candidatos, que devem atender as especificidades do curso. A Educação do Campo, considera que a experiência do candidato dentro de seu território, adquiridas a partir das suas relações sociais, constituem uma gama de conhecimentos e esses aprendizados, memórias e vivências interessam ao curso, especialmente pela sua proposta formativa de educação popular. Desde modo, a escrita desta redação é uma etapa muito importante para o candidato, eliminatória.

Realizamos três encontros na ilha, com atividades na parte da manhã e à tarde, o primeiro encontro foi para a inscrição e explicação sobre o curso, momento em que realizamos uma oficina de redação, mediado por Dona Lídia, Dona Dulce e Vânia Guerra, a qual será detalhada em outro momento deste texto. No segundo encontro um grande mutirão se formou em torno de uma mesa, para escanear os documentos pessoais dos candidatos. Em outra mesa, os candidatos passaram a limpo suas redações realizadas no encontro anterior, e individualmente eram auxiliados no envio do seu texto, junto com os documentos pessoais digitalizados. Em alguns casos, o candidato ainda precisava criar uma conta, ou utilizar um aparelho emprestado, pois não tinha celular. Percebemos a falta de algumas informações no edital, especialmente no cronograma e especificamente sobre a data de envio dos documentos escolares.

Colecionamos problemas com o uso de tecnologias utilizadas para comprimir arquivos e tivemos algumas dificuldades com o sinal de internet na ilha, mais ao fim, conseguimos realizar todas as inscrições. Finalizadas as inscrições, passamos a fazer as fotos 5x7 com fundo branco, utilizando a parede caiada da sala da diretoria da comunidade, como se fosse um estúdio fotográfico. Fizemos todas as imagens e em seguida enviamos para um estúdio fotográfico no continente, que tratou as fotos e imprimiu, no tamanho necessário para preenchimento das documentações das políticas de cotas raciais, o que foi de fato realizado posteriormente, em uma outra etapa do vestibular.

Nosso trabalho coletivo, que aqui chamo de aquilombamento, resultou na homologação de todas as inscrições realizadas, o que foi uma vitória importante, comemorada no grupo de Whats App com uma chuva de figurinhas, áudios, emoji de fogos de artifício e mesmo com um oceano nos separando, pudemos sentir de perto a emoção da nossa conquista e nos abraçamos bem forte no final de semana seguinte, quando eles saíram da ilha para fazer a prova. O ponto de encontro foi a minha barraca de plantas em Itacuruçá, onde trabalho desde 2014, vendendo plantas, ervas e flores.

Figura 2: Quilombolas em um dia de vestibular: encontro no continente.



Fonte: Registro da autora 2023.

Acompanhamos o andamento do concurso ansiosos, aos poucos, os resultados foram nos entusiasmando, vibrávamos a cada fase vencida, porém não tivemos muito êxito. Aconteceram algumas inconsistências com documentos enviados, ou enviados sem identificação, pontuações baixas e eliminação na fase da redação do memorial e gradativamente fomos sentindo a dor de não conseguir. Dos quatorze inscritos, efetivamente, apenas dois jovens foram classificados. No dia da matrícula, a meteorologia apresentava um clima instável, com possibilidades de pancadas de chuva e vento, digo isso com muita clareza, porque é uma das informações mais divulgadas e pensadas para quem vive numa ilha ou vai viajar de barco. Realizei a travessia para a ilha da Marambaia no barco das sete da manhã, cheguei na ARQIMAR por volta das nove e meia da manhã, após fazer uma longa caminhada depois do desembarque, os candidatos aprovados Renata e Cleyson estavam eufóricos, alguns companheiros não-aprovados apareceram para dar um apoio. Quando ligamos o computador a anergia acabou, ficamos sem sinal de dados, sem o wi-fi, sem bateria. As condições climáticas não eram favoráveis para uma viagem de volta ao continente em um barco pequeno, o próximo transporte coletivo para o continente, operado pela Marinha partiria as 15:30 e a matrícula online, segundo aquele edital, encerraria às 17:00 horas, diante da situação de impotência, só nos restou lamentar.

Passamos por um bom tempo com sentimento de luto, o horário de matrícula encerraria antes que pudéssemos chegar ao continente de volta e buscar uma forma de efetivar as matrículas. Um estado de tristeza tomou conta de todos,

impotentes diante de não poder resolver a questão imposta pela falta de energia, de mobilidade de autonomia sobre nossos corpos. Silenciamos em nossas tristezas e servimos de amparo um ao outro. No grupo de Whats App, um estado de consternação tomou conta de todos, foi a noite mais difícil desde o anúncio da classificação final, e muitos saíram do grupo, tanto os que tentaram, quanto aqueles que estavam ali para o próximo edital. Foi necessária uma nova abordagem individual para convencer de que teríamos que seguir adiante e fazer novas tentativas. Aos poucos, aqueles que de certa maneira conseguiam se erguer, iam fortalecendo os outros, trazendo de volta a segurança no processo. O grupo de conversas ficou mais informal, brincamos de guerra de figurinhas que retratassem nossa situação, e foi a forma que encontramos para conseguirmos nos manter firmes, até que abrisse um novo edital.

Neste momento é que fica nítida a situação em que vive esta comunidade ilhada, com apenas dois horários de transporte diários, manhã e tarde. Além da mobilidade, a falta de escola de ensino médio na ilha, de infraestrutura, como uma rede elétrica adequada, sinal de internet, remete a um lugar de exclusão, literalmente ilhados e às margens (Das, Poole, 2008). Acompanhar o cotidiano dessas pessoas neste contexto, foi evidenciar o quanto são expostas à lógica opressora e excludente, herança do colonialismo que opera no sentido de negar uma formação de qualidade, crítica e autônoma a essas pessoas.

1.1. RECOMEÇANDO A SONHAR: RECONFIGURANDO AS ESTRATÉGIAS

Diante do exposto, começamos a nos preparar para o próximo edital, a necessidade de elevar as notas desses candidatos foi sanada pela intensificação das oficinas de redação. Os ilhéus da Marambaia, notavelmente, não receberam uma formação de ensino médio equiparada aos demais concorrentes do vestibular. A condição de estudo acessada por eles foi precarizada, por conta da mobilidade dentro da ilha até o cais, seguida de uma longa travessia ao continente de barco, de mais de uma hora de duração, isso quando as condições climáticas permitiam que eles pudessem ir assistir as aulas. Somado a tudo isso, a demora em voltar para a casa, para no dia seguinte estar às cinco da madrugada no cais.

Tomei a decisão de mobilizar a turma via Whats App diariamente, através de mensagens explicativas e lúdicas. Além disso, duas professoras doutoras em educação, com experiência em trabalhos com comunidades tradicionais, foram convidadas para atuarem como voluntárias neste processo, a Ediléia de Carvalho, com experiência em comunidades quilombolas e a Kátia Antunes Zephiro, com experiência em comunidades indígenas. Recebemos apoio pedagógico, adequado à temporalidade e as especificidades destes candidatos. E foi assim que diariamente, via grupo de mensagens, trabalhamos para manter a esperança, até que outro vestibular abrisse.

Na ocasião deste novo vestibular, no segundo semestre de 2022, tivemos 14 inscritos, 12 aprovados, e desses, 10 permanecem estudando, duas precisaram trancar por conta de gravidez e trabalho. A escrita do memorial, desta vez foi presencial, e realizada em Angra dos Reis, o que foi ao mesmo tempo um desafio por ser a primeira experiência, e alívio por não termos a responsabilidade de envio deste documento por via eletrônica posteriormente. A prova foi realizada dentro do Quilombo do Bracuí, na Escola Municipal Áurea Pires da Gama. Conseguimos na ocasião transporte via Uber, através de doação de parceiros, os motoristas ficaram aguardando o fim da prova e os trouxeram de volta para Itacuruçá. Hoje esses estudantes caminham para o quinto período da faculdade e o projeto ganhou forças através desta experiência que desta vez deu certo. Outros grupos de jovens estudantes terminaram o ensino médio em 2024, e já sinalizaram que desejam fazer o vestibular da LEC.

Nosso contato prosseguiu bastante intenso dentro da universidade, nos encontramos para realizar as inscrições para os editais de vaga nos alojamentos, auxílio passagem, auxílio permanência abertas duas semanas após a entrada desse grupo na faculdade e dentre outras questões, nos encontramos para comprar tickets das refeições e conhecer o campus da Universidade Rural em Seropédica, onde eles estudam. Embora os editais para o alojamento tenham surgido semanas após a entrada deles, a Coordenação do Curso da LEC, através da professora Edilene Portilho, viabilizou junto à Divisão de Residência Estudantil – DIRE e à Pró-reitoria de Assuntos Estudantis o acesso imediato desse ingressantes ao alojamento.

Figura 3. Inscrição nas bolsas e auxílios na sala de aula na UFRRJ.



Fonte: Registro da autora 2023.

Atualmente, esses estudantes fundaram o Coletivo da Ancestralidade Quilombola - CAQ, a fim de terem uma representação universitária quilombola

estadual nos movimentos nacionais. Duas integrantes deste coletivo, estiveram em Brasília representando o Rio de Janeiro a Vitória Machado e a Maria Júlia Guerra, junto a um evento da União Nacional dos Estudantes - UNE. Dentre suas pautas versam as questões sobre o Auxílio Permanência, alojamento quilombola e participação nas lutas de outros coletivos universitários. Além disso, o projeto de leitura de editais segue na comunidade desenvolvido por eles próprios. Esses quilombolas universitários participam de Grupos de Pesquisa de Formação Tutorial - PET, de Iniciação à Docência - PIBID e de Projetos de Extensão, como é o caso de Rômulo Alves, recém-chegado no Projeto 3R's. Através destes projetos, conseguiram realizar parcerias, vivências com suas turmas na comunidade, oficinas, minicursos, atividades culturais e realizar convênios para implementação de uma sala multimídia na comunidade, como foi o caso do estudante Rômulo Alves.

O primeiro evento acadêmico em que estiveram como universitários foi em 2023, no Congresso de Diversidade Cultural e Interculturalidade da Universidade Federal Fluminense - UFF, de Angra dos Reis. Nesta ocasião, apresentamos juntos um relato de experiência sobre esta nossa trajetória com os editais dentro da comunidade. Com um trabalho intitulado “Passar para o lado de lá: de pesquisados a pesquisadores, a trajetória acadêmica de quilombolas da Ilha da Marambaia – RJ”, estes estudantes falaram ainda sobre a sua experiência em terem sido apenas o “objeto de pesquisa dos outros”, e agora serem aqueles que também pesquisam. A frase “passar para o lado de lá” marcou a história desta pesquisa, quando na primeira reunião realizada na ARQIMAR, a então presidente da associação dos moradores, Jaqueline Alves, disse que não tinham interesse em receber mais pesquisadores, que estavam cansados e que desejavam “passar para o lado de lá”.

2. COMO A PESQUISA FOI DESENVOLVIDA NA ILHA

O trabalho de inserção da pesquisa no Quilombo da Marambaia, se deu através do Projeto de Leitura de Editais, a pesquisa teve como foco principal relatar essas experiências construídas neste projeto. A pesquisa levou em consideração que a escolarização é uma demanda importante nesta comunidade. A etnografia foi escolhida como a metodologia de trabalho e escrita, a fim de se produzir uma narrativa que colocasse em evidência os processos, etapas e metodologias. De acordo com Magnani (2002):

“Este método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, ele pode servir-se de várias; conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de aproximação e apreensão do que um conjunto de procedimentos”. (Magnani, 2002, p.17)

Foi utilizada a observação participante para a construção dos significados (Geertz, 1998). Entender a dinâmica da temporalidade e dos sentidos, percebidos pelas professoras Ediléia e Kátia, foi de extrema importância, assim como reavivar as memórias através da contação de histórias pelas mulheres

mais velhas, nas rodas de conversas promovidas por Dulce, Lídia e Vânia Guerra. Essas abordagens constituíram significados, que de acordo com Minayo (2019) está inserido no contexto da pesquisa qualitativa. “A abordagem qualitativa se aprofunda no mundo dos significados” (Minayo, 2019, p.22). Deste modo, o território enquanto espaço físico, espiritual e ancestral, a cultura, os costumes, os sentidos são acessados pela pesquisa, à medida em que necessitam ser descritos por eles em suas redações.

Magnani (2023) considera que esses protocolos, não podem ser entendidos somente como um conjunto de técnicas, procedimentos e ferramentas para coleta e análise de dados, como observação, anotações, entrevistas, questionários, mapeamentos (Magnani, 2023, p.86). Para ampliar a área de circulação desta pesquisa, e a fim de entender o cotidiano da comunidade, estive presente nos festejos, reuniões promovidas pela associação de moradores e ensaios do grupo de jongo, me coloquei como voluntária, colaborei na limpeza e na organização dos documentos de inscrição nos vestibulares e matrícula de candidatos aprovados. Deste modo, a pesquisa foi abrangente a um público maior e diverso, quando nos vestibulares seguintes, não apenas jovens recém-formados no ensino médio, mas mais outras faixas etárias também participaram da pesquisa. Esta participação ativa no cotidiano da comunidade, possibilitou a realização do estudo etnográfico pretendido. Quanto aos procedimentos éticos, este projeto, foi analisado pelo Comitê de Ética, submetido à Plataforma Brasil, participaram da pesquisa apenas aqueles que concordaram e preencheram o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido e o Termo de Autorização de Uso de Imagem e Voz. Sendo autorizada através do código CAAE77030424.7.0000.0311.

3. A QUESTÃO ESCOLAR DA ILHA NO PASSADO E NO PRESENTE

Estudar nunca foi uma tarefa fácil para os quilombolas da Ilha da Marambaia. Atualmente, a comunidade possui duzentas e dez famílias e este número bastante significativo justificaria a implementação do Ensino Médio na ilha, não fosse o fato, desta comunidade conviver com a Marinha do Brasil. Por questões de segurança do território, que também é reserva ambiental, a Marinha detém o controle do acesso e dentre outras atribuições descritas no Termo de Ajustamento de Condutas - TAC, novas construções e reformas carecem de uma intensa mobilização burocracias.

Uma pequena retrospectiva sobre a situação da educação na ilha, dá conta do quanto os moradores precisaram ser resilientes para concluírem seu ensino médio no continente, pois até a data da elaboração deste trabalho, ainda não está implementado na ilha. Para fins de contextualização, descrevo um pequeno retrospecto desta comunidade, a partir de consulta no Relatório Técnico Científico escrito por Arruti em 2003. Segundo este material, a ilha no passado abrigou fazendas de café do maior escravagista do país, o Comendador Joaquim Breves, que traficava negros do Continente Africano, diretamente para a Ilha da Marambaia, fazendo da Marambaia um local de “engorda” desses negros, para

depois comercializá-los a outros fazendeiros por este motivo ficou também conhecido como “senhor do café e do tráfico” (Arruti, 2003, p. 6).

Ainda nesta relatoria, Arruti, (2003) descreve que a Marambaia foi doada por ele às famílias negras remanescentes do processo escravagista, e através desta doação verbal, se tornaram donas e durante muitos anos puderam desenvolver suas práticas tradicionais de vida e de sobrevivência, sem interferências. Enquanto isso, no continente, outro destino estava sendo traçado para aquelas famílias ilhadas, a esposa do comendador não respeitou a doação verbal feita por ele antes de sua morte, e vendeu a ilha para terceiros, estes, ao se envolverem em dívidas, perderam a ilha para a União, por fim, durante o governo do Presidente Getúlio Vargas, no ano de 1939, foi implementada a Escola de Pesca Darcy Vargas, um dos braços da Fundação Abrigo do Cristo Redentor, instituição criada no Estado do Rio de Janeiro com intuito de abrigar pessoas carentes e moradores de rua ou mendigos (Alves, 2010, p.10).

Esta escola de pesca era destinada aos homens e meninos (Alves, 2010, p. 17), para as mulheres foi criada uma formação no Grupo Escolar Municipal, muito semelhante ao trabalho doméstico, acrescido de técnicas de limpeza, higienização do pescado, cuidados e organização do lar, além do ensino regular até o quarto ano. A desativação desta escola em 1970 marcou o início de uma nova fase, onde a Marinha instala uma base naval na ilha em 1971. Desde então, a comunidade quilombola da Ilha da Marambaia enfrentou muitas lutas, pelo direito à permanência e documentação de suas terras e dentre muitas outras pautas, o direito à escolarização básica completa e ensino médio.

Apenas em 1999 os moradores da comunidade conseguiram a implementação do quinto ano do ensino fundamental, as séries seguintes, foram sendo acrescentadas ano a ano, conforme os estudantes iam concluindo e passando para a próxima série. A implementação do segundo seguimento do ensino fundamental na ilha, foi fruto de uma luta de muitos anos pautada na comunidade da Marambaia, em um período muito difícil para os ilhéus, fase em que o Estado, através da Marinha do Brasil, administrava a ilha de forma soberana, impondo as condições de permanência, realizando expulsões aos desobedientes, processando e tomando decisões unilaterais. Em 2007, ocasião em que Seu Naná era presidente da comunidade quilombola na Marambaia, fornece uma entrevista para o infográfico “Informativo de apoio às Comunidades Negras e Quilombolas” ele, revela sua preocupação com a falta de escola de ensino médio e de emprego na ilha:

Sem a escola de ensino médio, os jovens precisam sair para estudar no continente e em geral não voltam para a comunidade. Estamos perdendo eles porque não tem trabalho e escola lá na ilha. E sabemos que mesmo com a titulação, sem os jovens não conseguiremos manter a terra (Seu Naná, 2007).

Desde a data deste depoimento, nada mudou na Marambaia, a juventude que termina o nono ano, necessita realizar a travessia diariamente para estudar no

continente. Em janeiro de 2024 ocasião em que Jaqueline Alves presidia a comunidade, em entrevista à Rede Brasil de Notícias³, ela faz uma declaração, pontuando as mesmas questões apresentadas por Seu Naná em 2007, na qual reforça que a permanência da comunidade no território, depende de políticas públicas ainda não implementadas:

Na realidade, a gente está tratando [de] direitos que ainda precisam ser conquistados para que a comunidade continue crescendo e permanecendo no território. Para que haja avanço e não haja a extinção da comunidade futuramente. Porque a tendência é as pessoas saírem para trabalhar, estudar, se formar. Se a gente consegue trazer essas políticas públicas para o território, a gente também consegue fazer com que a comunidade permaneça, cresça e se desenvolva (Jaqueline Alves, 2024).

Deste modo, para aqueles que concluíam o ensino fundamental, o próximo passo era ir para o continente, estudar o ensino médio fora da ilha, enfrentando a distância e a falta de transporte escolar regular, o que fazia com que este estudante necessitasse passar o dia fora da ilha, retornando no barco da Marinha do final da tarde. Este traslado diário tem sido pontuado por essas lideranças, como um dos motivos da saída de membros para o continente, contudo, a comunidade segue realizando esforços na tentativa de implementar este seguimento de ensino na ilha. Esta mobilização em torno da questão da educação e outras lutas, corrobora com o pensamento de Clovis Moura⁴. De acordo com este intelectual negro, o povo negro nunca foi passivo à dominação, eles sempre atuaram na mobilização de estratégias de resistência, demonstrando alta capacidade organizacional em busca de sua liberdade da manutenção dos seus dos padrões culturais de vida e a sobrevivência (Moura, 1981; Moura, 1988). De um modo semelhante, Mariléa de Almeida (2022) apresenta um olhar focado sobre as agências das mulheres quilombolas, se dedicando a refletir sobre o devir feminino, na produção de espaços de afeto, de contação de histórias, integração de corpos e saberes, cuidado e ternura, ambientes seguros, que para esta pesquisadora contribuem para feminização do quilombo, que no caso da Marambaia, tem sido imprescindível para a formação política e subjetiva, neste espaço chamado “quintal de casa”. E essas estratégias, ações e metodologias que pretendo apresentar neste trabalho, especialmente, quando na ocasião do Projeto de Leitura de Editais, fomos atravessados pela escrita de várias formas, como produtora de burocracias, enquanto desafio ao povo da oralidade, e pela concepção de que ela escrita não é uma atribuição nossa, me incluindo nesta narrativa enquanto mulher parda, moradora da Baixada Fluminense.

4. A EXPERIÊNCIA SENSORIAL DA ESCRITA: A ESCRIVÊNCIA

³ <https://resumodigital.com.br/direitos-humanos/quilombolas-de-marambaia-lutam-por-melhorias-nos-servicos-publicos/>

⁴ Clóvis Moura (1925 - 2003) foi um importante sociólogo, historiador, jornalista e escritor brasileiro Sua interpretação sobre a luta negra Fonte: [Sociedade Brasileira de Sociologia](#).

Historicamente a produção literária brasileira, não destaca a presença de pessoas negras neste campo, do contrário, parece reforçar que a escrita é uma atribuição das pessoas que ocupam a elite branca. Albert Memmi (2007), defende a ideia de que quando a classe que possui os privilégios, já está abastecida de cultura e entretenimento, para ela isso já basta, e assim funciona para os sujeitos das sociedades colonizadas. Ao realizar esta reflexão, ele pensa na sua condição de escritor negro nascido na Tunísia, país colonizado pela França. Quando analisamos a produção escrita nacional, nos deparamos com um sistema de forças coloniais que encarceram a história da população negra no Brasil, caracterizam a constituição identitária, colocando a população negra em uma posição subalternizada em relação às narrativas sobre conhecimento, como se a escrita fosse uma característica inata da elite branca. Haja vista, as tentativas de apagamento de escritores negros, ilustrados como pessoas brancas, como o caso de Machado de Assis. Cida Bento ao refletir sobre a ideologia da branquitude, conclui que:

"Considerando (ou quiçá inventando) seu grupo como padrão de referência de toda uma espécie, a elite [branca brasileira] faz uma apropriação simbólica crucial que vem fortalecendo a autoestima e o autoconceito do grupo branco em detrimento dos demais, e essa apropriação acaba legitimando sua supremacia econômica, política e social". (Bento, 2002, p. 25).

Conceição Evaristo (2009), defende a ideia de que a Cultura Brasileira recebeu uma forte influência da cultura africana na transmissão oral, de ditados e provérbios, assim como personagens do folclore, aspectos ligados às artes em geral, à religião ou à culinária. E essa contribuição teve início ainda no processo de escravização o período colonial imperial. Apesar do sistema colonial e da colonialidade, desde quando os europeus chegaram ao Brasil, dominando povos nativos e escravizando povos africanos, esses nunca se resignaram ou se deixaram dominar completamente. Em meio às ruínas da colonização e da colonialidade, povos indígenas, quilombolas e negros pensaram a partir dessas ruínas, das experiências e das margens criadas pela colonialidade.

Escrita que Conceição Evaristo ressignificou em vivência. "A nossa escrevivência não é para adormecer os da casa grande e sim para acordá-los de seu sono profundo" (2007, p. 21). A escrita segundo esta autora tem configurado um meio de organizar a subjetividade negra afetada pelo racismo e pelo sexismo, pensar novas formas de observar o mundo, produzir respostas políticas a uma série de desigualdades e um ato de falar em primeira pessoa, através da escrita de si. Conceição Evaristo diz sobre o conceito de escrevivência:

Quando eu usei o termo é... escrevivência [...] se é um conceito, ele tem como imagem todo um processo histórico que as africanas e suas descendentes escravizadas no Brasil passaram. Na verdade, ele nasce do seguinte: quando eu estou escrevendo e quando outras mulheres negras estão escrevendo, é... me vem muito na memória a função que as mulheres africanas [tinham dentro das casas-grandes escravizadas,

a função que essas mulheres tinham de contar história para adormecer os da casa-grande, né... a prole era adormecida com as mães pretas contando histórias. Então eram histórias para adormecer. E quando eu digo que os nossos textos, é..., ele tenta borrar essa imagem, nós não escrevemos pra adormecer os da casa-grande, pelo contrário, pra acordá-los dos seus sonos injustos. E essa escrevivência, ela vai partir, ela toma como mote de criação justamente a vivência. Ou a vivência do ponto de vista pessoal mesmo, ou a vivência do ponto de vista coletivo. (EVARISTO, 2017a, grifos nossos)

Esta modalidade de escrita mobilizada por esta intelectual negra, passou a ser nossa ferramenta durante muitas sessões de trabalho. Memórias do chão do terreiro de casa, das lidas diárias, das experiências fruto das relações de convivência, do que se pensava para o futuro da comunidade, foram sendo registradas pelos jovens do projeto. Por terem vivido algumas interrupções abruptas em seu modo natural de vida, percebemos a necessidade de realizar uma interlocução com os mais velhos e neste contexto, Dona Dulce e Dona Lídia foram imprescindíveis e assertivas.

Dona Lídia, na ocasião membra da diretoria da comunidade, contribuiu com o coletivo tanto na correção gramatical, pois é professora de formação, quanto na contação de histórias dos ancestrais da ilha. De um modo geral, sua contribuição abarcou o campo da cultura da pesca, dos períodos de pesca da tainha a partir de sua experiência como pescadora. Dulce fez uma abordagem mais para o campo afetivo, das relações de parentesco e apadrinhamento, lembrando locais de nascimento, fazendo uma relação com os espaços físicos, estações do ano, com o que faziam para divertir as crianças pois não havia energia elétrica na ilha, sobre a troca de denteição e as simpatias e dentre outras questões, as escolhas dos nomes. Já Vania Guerra, trouxe as experiências em torno da posse do território, da luta coletiva pela documentação das terras, também a história dos ancestrais da ilha que habitaram as ruínas. Infelizmente, no dia desta oficina, os telefones estavam sendo utilizados para escanear documentos e estávamos tão envolvidos com os papéis que não realizamos registros sobre este dia.

Figura 4: Dila e Kátia explicando sobre o memorial descritivo em um dia de simulado na ARQIMAR.



Fonte: Registro da autora 2023.

Esta vivência coletiva promovida por estas mulheres reavivou a memória dos jovens, que aos poucos começaram a participar dos assuntos, complementando com o que eles conseguiam lembrar, sobre o seu território que é corpo. Assim como elaborou Beatriz do Nascimento, o corpo-território que transcende, que está para além do espaço físico (Ratts, 2006), que é morada, abrigo e corpo político e travessia. Aprendi nesses encontros o sentido das partilhas de saberes, alimentos, experiências de quem experimenta a prática diária de uma vida compartilhada. E nesses aquilombamentos, promovidos por esta roda, refletir sobre o quanto precisamos retomar o uso dessas essas práticas ancestrais de existência, principal tecnologia acessada por este coletivo que caminhou junto, em prol de alcançar o ensino superior e cuja luta atualmente, versa sobre as questões de permanência.

5. CONCLUSÃO

A comunidade da Marambaia, assim como muitos quilombos no Brasil, enfrenta dificuldades em relação à escolarização dentro do território. Por se tratar de uma ilha, distante do continente, aqueles que desejam se profissionalizar, por vezes, optam por morar fora, o que de acordo com as lideranças citadas neste texto, tem configurado um motivo de saída definitiva da ilha. A perda gradual de membros não é algo desejado pela comunidade, pois a diminuição deste quantitativo vivendo no quilombo, pode dificultar a implementação de políticas públicas, no geral ofertadas a partir de um número significativo de famílias, além da manutenção do território estar relacionada à permanência dos seus membros.

A morosidade com a qual as políticas públicas chegam ao território é percebida através fala do Seu Naná, de 2007, reproduzida por Jaqueline Alves em 2024, quando ambos, na ocasião de suas entrevistas, pontuaram as mesmas carências, “necessidade de uma escola de ensino médio e de oportunidades de trabalho na ilha e demais políticas públicas”, que permitam a permanência dos

ilhéus na comunidade, quando o Estado se faz presente pela ausência, quanto as relações coloniais atravessam as mentalidades daqueles que reforçam as burocracias, em torno dos direitos destas populações.

Em relação ao processo de empoderamento da escrita, vivido pelos vestibulandos da Marambaia, busquei refletir a partir da trajetória de Clovis Moura, aqui citado nos referenciais teóricos. Autor de importantes trabalhos sobre quilombos, ele foi um intelectual negro que teve seu reconhecimento como escritor de forma tardia. Com vários livros publicados, jornalista, sempre teve a escrita como ferramenta de trabalho, e a experiência deste autor, revela o quanto este mundo da escrita é perverso com as pessoas negras, o que não foi diferente com Conceição Evaristo, cujo conceito de escrevivência, alimentou os processos de escrita nesta pesquisa.

O afeto, a busca por recursos e o cuidado, são o ponto alto deste trabalho, exemplificados pela perseverança da Rita Marçal, na contação de histórias e memórias de Dona Dulce, Dona Lídia e Vânia Guerra, o quanto as mulheres têm construído uma rede de cuidados, fazendo do território um espaço desejado, onde a permanência é possível, O aquilombamento presente no feminino, sob a forma afetuosa de se relacionar, no sentido do “devir quilomba” conceituado por Mariléa de Almeida. Um outro ponto importante, também observado por esta pesquisadora negra em suas incursões aos quilombos, foi a sensação de proximidade, de ser reconhecida entre os seus e esta identificação trouxe confiança para que os interlocutores da pesquisa, contassem suas histórias, da mesma forma em que também foi motivo de espanto verem uma mulher negra retinta e pesquisadora. Ao mesmo em que também o seu corpo negro político dialogava com as possibilidades de passar para o “lado de cá”. O empenho dessas mulheres, é para suprir as carências responsáveis pela saída permanente de membros do território.

As mudanças ocorridas na vida destes universitários quilombolas, não foram as precursoras da formação política ou da formação de lideranças, estas já aconteciam, e são anteriores ao seu acesso à universidade, no entanto, o contato com outros ambientes e outras formas de luta, tem acrescentado muito na formação individual de cada um, o que é percebido, através de seus interesses em fundar o Coletivo da Ancestralidade Quilombola - CAQ, em serem voluntários na acolhida de novos estudantes nas aulas inaugurais, e até mesmo atuarem de forma voluntária nos dias de vestibular, assim como cuidarem da manutenção do Projeto de Leitura de Editais na comunidade. Alguns desses jovens já acessaram a universidade na condição de integrantes da diretoria do quilombo, como é o caso de Maju Guerra e Natan Barbosa, o que fortalece a ideia disseminada por eles de que “quintal de casa é local de formação política no território”.

Ser a moça da barraca, que trabalha pesado, e que eles conheciam há muitos anos, foi como ter o corpo político que fala, foi um facilitador que trouxe um certo

grau de identificação e confiança, tanto pelas lutas quanto pelas conquistas, como o fato de trabalhar de ambulante e estudar numa Universidade Federal. Depois desta experiência, procuro refletir sobre a importância do meu corpo enquanto território, sobre as escolhas, pois o corpo fala, e se comunica com outros corpos. A escolha diária de caminhos por onde transitar, como se relacionar com o mundo em nosso entorno, quais trajetos estamos construindo, pode falar por nós e determinar nossas aproximações e afastamentos. Finalizo este texto desejando que nossas escolhas, nos levem sempre para um lugar de afeto junto aos nossos pares.

REFERÊNCIAS

ALVES, V. Z.; ARRUTI, J. M. A. P. **Antiga Escola da Marambaia: História e memória de uma experiência do ensino industrial da pesca (1939 – 1970)**. Rio de Janeiro, 2010, 122p. Dissertação de Mestrado – Departamento de Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro.

ALMEIDA, Mariléia de. **Devir quilomba: antirracismo, afeto e política nas práticas de mulheres quilombolas**. São Paulo: Elefante, 2022.

ARRUTI, J. M. (Coord.) **Relatório técnico científico sobre a comunidade remanescente de quilombos da Ilha da Marambaia**. Rio de Janeiro: Koinonia, Fundação Cultural Palmares, 2003.

DAS Veena e Poole, Deborah. **El estado y sus márgenes. Etnografías comparadas**. Revista Académica de Relaciones Internacionales, núm. 8 junio de 2008, GERI-UAM.

EVARISTO, Conceição. (2009). **Literatura negra: uma poética de nossa afro-brasilidade**. *Scripta*. v.13, n.25, p. 17-31

GEERTZ, Clifford. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: LTC, 1989

MAGNANI et al. **Etnografias urbanas: quando o campo é a cidade**. Petrópolis: Editora Vozes, 2023.

MAGNANI, J.G.C. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, São Paulo, v.17, n.49, 2002.

MINAYO, Maria Cecília; DESLANDES, Suely Ferreira; GOMES, Romeu. **Pesquisa social: teoria, método e criatividade**. Editora Vozes Limitada, 2019.

MOURA, Clovis. **Rebeliões na senzala, quilombos, insurreições, guerrilhas**. São Paulo: Ciências Humanas, 1981.

MOURA, Clovis. **A sociologia do negro no Brasil**. São Paulo: Ática, 1988.

RATTS, Alex. **Eu sou Atlântica**. Sobre a trajetória de vida de Beatriz Nascimento. São Paulo, Imprensa Oficial, 2006.

SILVA, Fabiana Helena da; OLIVEIRA, Luiz Fernandes de. **Penso, mas não existo: por uma educação decolonial para a existência.** *In*: Tempos de esperar: antigas e novas insurgências. Editora Zona Oeste Escrita: Rio de Janeiro, 2023. 157-168.

SILVA, Vagner Gonçalves da. **O antropólogo e sua magia: trabalho de campo e texto etnográfico nas pesquisas antropológicas sobre as religiões afro-brasileiras,** São Paulo, Edusp, 2000, 194 pp.